

Veículo: *O Estado de S.Paulo* – coluna Espaço Aberto

Data: Novembro/2003.

Sobre décadas e heranças

Fernando Henrique Cardoso

Nos últimos decênios, uma onda de pessimismo colocou névoa nos olhares brasileiros, com poucas exceções. E não só brasileiros, mas também latino-americanos. Eu tachei essa atitude de “fracassomania”, copiando a expressão de Albert Hirschman.

Razões para pessimismo bem que existem. Possivelmente, mais ligadas à dinâmica do mundo do que à dinâmica interna dos principais países da região. Enquanto exerci a Presidência, se algo deixou um certo travo e muita dúvida foram as restrições impostas por crises financeiras: em 1994/5, a do México; em 1997, a da Ásia; em 1998, a da Rússia, que quase nos levou de soldão, no início de 1999; em 2001, a da Argentina e a das bolsas norte-americanas, agravada pelos atentados de 11 de setembro. E mais, ao longo de todo o período, o Japão continuou a bater recordes de inércia, e a Europa, com a Alemanha à frente, a perder élan econômico.

Ainda assim, alguns países latino-americanos conseguiram, se não grandes resultados em termos de crescimento, pelo menos, não se desorganizar sob o impacto de tantos choques externos (e ainda assim crescer). Entre eles, Chile, México e Brasil.

Mas o que mais surpreende no caso brasileiro – e não é diferente para os outros dois países citados, especialmente o Chile – é a melhoria nas condições de vida da população, incluídas as camadas de baixa renda.

Apesar da catilinária fracassomaníaca – ou politicamente interessada – sobre as “décadas perdidas” ou heranças supostamente “malditas – quase todas aceitas e levadas a diante –, os anos 90 foram de avanços sociais no Brasil e em outros países da América Latina (AL).

A recente publicação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) da síntese de indicadores sociais sobre as condições sociais da população entre 1992 e 2002 deveria permitir que se abrissem os olhos para esse fato. Não para exaltá-lo e dizer que tudo está bem, mas para ver que a situação está melhorando, e que os caminhos que percorremos estão certos.

Um pessimista irreductível dirá: “Mas ainda falta muito para chegarmos à situação das sociedades desenvolvidas e talvez a distância entre nós e elas tenha aumentando.” É verdade. Mas a fórmula para continuar melhorando está à disposição dos governos sérios.

É preciso continuar reformando o Estado, não para diminuí-lo, mas para torná-lo mais apto. É preciso melhorar a gestão pública e entregá-la a profissionais competentes. É preciso focalizar as políticas sociais para que atinjam os mais pobres. É preciso dar continuidade aos programas sociais, avaliá-los mais, torná-los mais transparentes, mas não cair no salvacionismo da fórmula cínica e milagrosa e assim por diante. E é preciso, sobretudo, aceitar que a estabilização da economia e a responsabilidade fiscal – juntamente com o crescimento do PIB – são os pilares do combate à pobreza e da construção da futura “sociedade do conhecimento”.

Não preciso insistir nos números recém-publicados. Mas vale destacar alguns exemplos. O acesso à água passou de 73,6%, em 1992, para 82% dos domicílios em 2002. No mesmo período, o esgotamento sanitário expandiu-se de 56,7% para 68,1% das casas. O serviço de coleta de lixo ampliou-se de 66,6% para 84,8% dos domicílios. Juntamente com a melhoria dessa infra-estrutura, a criação e o fortalecimento de programas específicos do Ministério da Saúde, como os de “médico de família” e “agentes comunitários de saúde”, resultaram na redução da mortalidade infantil de 44 mortes para menos de 28 mortes por mil nascimentos, segundo dados de outras fontes para o mesmo período.

Que a população começava a ter acesso mais amplo aos bens de consumo de massa, já se sabia. O IBGE reafirma: de 1992 a 2002, os números de lares com geladeiras saltou de 71,5% para 86,7%; com máquinas de lavar roupa, de 24,1% para 34%; com TVs, de 74% para quase 90%. Apenas o número de rádio teve pequeno acréscimo, porque já

estava muito difundida a presença desses aparelhos.

O que se sabia com menos clareza era o quanto o nível educacional e o acesso aos meios modernos de comunicação e conhecimento haviam aumentado. Os telefones, presentes em 19% da casa em 1992, existiam em 61,6% delas em 2002! É o primeiro passo para uma expansão ainda maior para o acesso à internet. De um ano para o outro, de 2001 para 2002, os únicos para os quais há dados disponíveis, as residências que dispunham de microcomputador passaram de 12,6% para 14,2%, dos quais 10,3% ligados à internet.

No caso da educação, o avanço foi notável. A proporção de crianças entre 7 e 14 anos que não freqüentavam escola caiu de 13,4% para 3,1%, e houve queda expressiva em todos os demais grupos de idade considerados. É de notar o aumento da escolaridade das mulheres, dos mais pobres e dos negros. A taxa de analfabetismo caiu de 16,4% para 11,5%, em dez anos, e não voltará a crescer porque agora as crianças estão freqüentando as escolas.

Por fim, até mesmo a renda parece ter-se desconcentrado, apesar dos pesares de injustiças seculares. Li inúmeras matérias noticiando os avanços sociais, mas... a concentração de renda, diziam, ficou intocada. E lá vem o coeficiente de Gini a jogar-nos no outro lado da costa atlântica. Sem entrar em pormenores sobre os cuidados necessários para analisar esse indicador que mede a distância relativa entre os mais ricos e os mais pobres, sugiro olhar a situação antes e depois do Plano Real.

No período considerado, o período de maior concentração de renda foi 1993. Se o tomarmos como referência, vamos verificar que os 10% mais pobres melhoraram sua renda em 44%, e os 10% mais ricos, em 9%, entre 1991 e 2002. Os que mais ganharam, em termos relativos, foram os que estão hoje um pouco acima dos 10% mais pobres. De fato, considerados os 20% mais pobres, o aumento de renda foi de 48%. Os únicos que perderam, de novo em termos relativos, são os que estão entre o 1% de maior rendimento, que perdeu 3% de sua renda.

Teria sido esse conjunto de avanços fruto de uma política “neoliberal” ou da ação coerente de governo, buscando melhorar progressivamente o nível de vida da população, apesar das dificuldades econômicas?

Se algo claudicou, foi o mercado, e não o Estado, que, apesar dos pesares, produziu resultados palpáveis. Longe do ideal, mas também longe da percepção de um fracasso continuado.